

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 21 DE JULHO DE 2003:**

----- Aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e três, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exmº.s. Srs. Luis Filipe Cruz Barreto, primeiro secretário e Drª. Ana Maria Baião Seabra Ramos, servindo de 2º. Secretário, em virtude da ausência do titular Engº. Tony de Jesus Ventura. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmº.s. srs. Engº. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro, Narciso Patrão António, Pedro Nunes, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Profª. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, João Luis dos Santos Marques de Pinho, António Aquiles Ribeiro Cainé, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Mário de Jesus Manata. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo artº. 2º. da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Engº. Tony de Jesus Ventura, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Ramiro Távora da Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. José Manuel Fernandes Balugas e Profª. D. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel à presente sessão. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram 14:30 horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia e registadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -

----- **PONTO UM: “Exposição e apreciação da criação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Mira, Cantanhede, Vagos e Montemor-O-Velho”.** -----

----- Dada a palavra ao Executivo, na pessoa do sr. Presidente da Câmara, este explicou que os “Julgados de Paz” estavam regulamentados pela Lei nº. 78/2001, de 13 de Julho e a sua actuação era

vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes; que, no fundo, o que se pretendia era desburocratizar o máximo possível e tentar chegar a um entendimento mais célere; que, os Juizes eram licenciados, podendo não ser em Direito mas noutras áreas, desde que tivessem uma formação específica; que, em termos de pagamento, o Município ficaria responsável pelo pagamento de 70.00 € por processo normal e 50.00 € por mediação e que não iria haver concorrência com os Advogados concelhios, podendo inclusivamente as pessoas fazerem-se acompanhar dos seus Advogados. Disse, também, que a Câmara Municipal teria que providenciar instalações, designadamente, uma sala para audiências, um funcionário para secretariar, água, luz, etc. e ainda apoio com uma viatura para deslocações; que, Mira não possuía condições para que a sede fosse no seu concelho e Cantanhede tinha disponibilizado desde a primeira hora as instalações para esse efeito, assim como Vagos, tendo Montemor e Mira disponibilizado apenas as instalações da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o sr. Narciso Patrão para dizer que o assunto não era polémico mas parecia-lhe que os “Julgados de Paz deveriam existir em cada comarca, em vez de se fazerem agrupamentos, sujeitando depois a deslocação das pessoas para a sede, devendo antes ser o Juíz a fazê-lo a cada comarca. -----

----- O deputado Dr. Luis Rocha disse que daquilo que tinha ouvido, tinha percebido que, embora a sede fosse no concelho de Cantanhede, o Julgado se deslocaria aos restantes concelhos, pelo que o atendimento dos munícipes de Mira seria feito em Mira; que, não sendo jurista, sempre dizia que a criação dos “Julgados de Paz” era uma mais-valia considerável, pela desburocratização, pela celeridade dos processos e também uma nova forma de encarar a justiça, sobretudo numa fase em que os custos judiciais tinham sofrido um aumento muito considerável, esta seria uma forma de fazer com que a população tivesse acesso à justiça de forma mais barata e, como tal, elogiava a Câmara por ter tomado tal iniciativa que de todos devia merecer o empenho. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para dizer que isto não era um dado novo e que tinham já existido antigamente os “homens bons” que tentavam dirimir os conflitos dentro da comunidade sem recurso aos tribunais; que, hoje em dia, com a complexidade própria da vida actual, as

coisas não eram já tão simples mas que os “Julgados de Paz” podiam funcionar como antecâmara ao poder judicial para tentar resolver os conflitos e obter o entendimento das pessoas antes do recurso à justiça. -----

----- O sr. deputado Luis Pinho felicitou a Câmara Municipal pela decisão mas disse que se tivesse sede em Mira seria melhor, todavia os Juízes deslocar-se-iam a Mira sempre que fossem solicitados; que, a taxa de justiça continuaria a ter que ser paga, embora se tentasse que viesse a ser menor e os Juízes do Tribunal continuariam a ser Juízes como todos os outros do Ministério da Justiça, com a facilidade de não estarem sujeitos as critérios de legalidade estrita, podendo decidir segundo critérios de equidade e tentando sempre obter consenso entre as partes, evitando muitas vezes que se recorra a Tribunal, causando ainda mais entupimento dos serviços com causas menores. -----

----- Posto o assunto à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.**-----

----- O sr. deputado Ricardo Diniz chamou a atenção para o facto de se estar a sujeitar o assunto a votação, quando, na “Ordem de Trabalhos”, apenas constava “exposição e apreciação...” o que, não sendo nada de transcendente, poderia, a seu ver, estar a abrir um grave precedente para o futuro. Autorizado a intervir, o Chefe da D.A.F., Dr. Paulino Martins explicou que não estaria uma causa uma votação que fosse decisiva, em termos jurídicos, mas era sempre um ponto de partida para o Ministério da Justiça que estava a elaborar o diploma para poder avançar com ele e a votação tinha algum significado, por traduzir uma força, uma adesão do Município ao instrumento legal que o Ministério da Justiça pretende levar por diante e ao haver, como tinha sido o caso, a unanimidade, era considerada uma adesão ao mecanismo proposto, que iria dar força ao Ministério para avançar. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que o deputado sr. Ricardo Diniz tinha feito bem em chamar a atenção para que não se estivesse a abrir um precedente que poderia trazer graves problemas no futuro; que, a votação apenas tinha significado de adesão unânime à criação do “Julgado de Paz” e da participação do concelho de Mira e não o sentido de obrigatoriedade de que se faça, apenas a demonstração do regozijo da Assembleia, a adesão à sua criação e não propriamente uma deliberação para que seja criado porque não tinham capacidade para tal. -----

----- O sr. deputado Ricardo Rocha Diniz fez constar que a sua intervenção nada tinha a ver com um embirranço seu, apenas tinha pretendido esclarecer uma dúvida processual e que, por vezes, quando se começava a errar nas pequenas coisas, acabava por se errar profundamente nas grandes e, só por isso, tinha intervindo. -----

----- **PONTO DOIS: “Análise e votação da constituição da sociedade anónima adjudicatária da concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Baixo Mondego – Bairrada e respectiva autorização da integração do Município de Mira na referida sociedade concessionária, assumindo os direitos e obrigações daí resultantes.”** -----

----- A explicação foi dada pelo sr. Presidente da Câmara que fez uma demorada exposição sobre o assunto, tendo começado por pedir que a situação não fosse politizada; que, certamente, algumas situações seriam um pouco obscuras e a pretensão da Câmara e também da Assembleia era, no fundo, que Mira viesse a ser servida por uma melhor qualidade de água, mantendo o mesmo preçário e, do mesmo passo, fazendo jus à intermunicipalidade, que Mira não ficasse fora do sistema; que, o mesmo tinha sido iniciado pelo Governo do PS e continuado pelo PSD, o que significava que não deveria ser visto como questão política e que tudo estava explícito na documentação oportunamente remetida aos senhores deputados pretendendo-se, no fundo, que o concelho ficasse abastecido de água de boa qualidade, mantendo-se o preço. -----

----- Interveio, primeiramente, o deputado sr. prof. Luis Lourenço que disse que, se calhar, a adesão do Município de Mira seria inevitável; que, de facto, Mira, não poderia ser uma ilha, contudo o processo tal como estava definido à partida e, para si, pessoalmente, era “um tiro no escuro”, por a situação estar pouco definida; que, todos sabiam certamente que teriam que ser cumpridas obrigações mas deviam também ser dadas garantias dos direitos que poderiam advir da adesão; que, todos ansiavam por uma melhor qualidade de água e que o preço, mesmo que gradualmente, poderia sofrer aumento, o que não punha em causa desde que fosse compensado pela qualidade das águas; que, Mira não era comparável a Coimbra porque esta teria outras condições e mais capacidades de exigência mas, apesar de pequenos, também haveria direito a fazer exigências; que, o sistema de distribuição de águas existente iria ficar ao

benefício da sociedade e que contrapartidas adviriam do aluguer das infra-estruturas, assim como que garantias iriam haver da distribuição de água ao domicílio, nomeadamente na Vila que não estava nas melhores condições e carecia de substituição? Por fim, disse que era favorável à adesão mas que as contrapartidas deviam ser também efectivas. -----

----- O sr. Narciso continuou um pouco na esteira das afirmações anteriores e disse que não estava muito receptivo à sociedade proposta, uma vez que os municípios passariam a ser a parte menor, sujeitos à administração da parte maior, dos 51% e os municípios iriam perder a autoridade, perder a voz; que, se verificava que, por vezes, a privatização não era benéfica e até citou uma notícia respeitante a festival de atletismo a decorrer no Estádio Nacional, para o que tinha sido necessário fazer uma ampliação da electrificação em que a EDP tinha solicitado uma verba tão alta que tinha ficado mais barato proceder ao aluguer de geradores; que, tal situação se tinha verificado porque a EDP não era estatal e também na situação em causa não estava a favor da privatização porque os municípios iriam perder autonomia. -----

----- O Dr. Luis Rocha disse que Mira já era dependente de terceiros em questões de abastecimento de água, isto é, já não tinha a autonomia que seria de desejar a esse nível, designadamente no âmbito dos custos com aquisição de águas ao Município de Cantanhede; que, esta era uma questão delicada e tinha algumas dúvidas a apresentar para um melhor esclarecimento, designadamente, qual era o custo actual por m3 de água comprada a Cantanhede e também se a rede em Mira continuava a ser da exclusiva responsabilidade do município ou se o sistema proposto iria ficar detentor de uma parte da rede e se a sociedade que iria ser criada poderia co-financiar ou apoiar os investimentos necessários na melhoria da rede de abastecimento de água em Mira ou se esses investimentos continuavam a ser da exclusiva responsabilidade do município; que, por outro lado, se todos os Municípios do Distrito de Coimbra ali indicados aderirem, certamente que Mira não poderá ser uma ilha isolada no meio e na linha de dependência já existente, julga que não é uma revolução e que os municípios não devem, com certeza, andar a ser enganados pelo Estado. -----

----- O sr. Presidente da Câmara esclareceu que tinha, eventualmente, faltado a remessa de alguma documentação, que era composta por um dossier demasiado extenso e que tinham sido entregues alguns

elementos aos líderes de cada bancada; que, se fosse feita a comparação com os preços de água de Cantanhede, verificar-se-ia que Mira não ia perder nada com o custo que era apresentado em tabela; que, se era garantida a qualidade da água não via o porquê de não aderir, embora ele próprio tivesse as mesmas dúvidas, em termos de privatização e que o sistema avançaria na mesma com a adesão de Mira ou não; que, a questão não devia ser partidarizada e que o dossier era demasiado extenso e pouco conclusivo. Relativamente ao preço da água em vigor a pagar a Cantanhede era de 0,37 €, ou seja, mais caro do que a Câmara de Mira estava a cobrar pelo 1.º escalão que era de 0,25 €; que, a rede que tinha permitido adquirir a água a Cantanhede também já não pertencia ao Município de Mira, tinha sido entregue a Cantanhede. Relativamente às contrapartidas da rede de distribuição, disse que a mesma não estava famosa, daí que alguma da falta de qualidade da água era consequência da deficiente rede de abastecimento a qual vão sendo melhorada na justa medida das capacidades do Município. Disse que a Assembleia tecnicamente iria continuar a acompanhar e todas as informações irão sendo dadas à Assembleia mas o que estava a ser discutido era, juridicamente, se a Câmara Municipal de Mira iria aderir ou não ao sistema; que, todas as questões eram pertinentes e deveriam ser colocadas e iriam sendo dadas informações à medida que as houvesse e que, a todo o tempo, havia sempre a possibilidade de sair da sociedade, como já tinha acontecido com a SIMRIA em que a Câmara tinha saído da sociedade e depois tinha entrado de novo e não se podia dizer que não se gostava sem se provar. -----

----- O sr. deputado Eng.º Carlos Monteiro alertou para ausência de relatório financeiro e falta de algumas explicações técnicas, apesar de achar a proposta interessante.-----

----- O deputado sr. Ricardo Diniz, usou da palavra para referir que ao dizer-se que a qualidade da água estava má, o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro só lhe vinha dar razão aquando da sua votação da subida dos preços da água e saneamento, uma vez que tinha sido um péssimo negócio para os munícipes, sendo mesmo um “nonsense”, não se percebendo porque é que se subia o preço da água quando a qualidade desta não era boa, assim como a qualidade do sistema de saneamento. Por outro lado, disse que o que estava a ser proposto era votar-se uma coisa e depois discutirem-se os pormenores, o que não lhe parecia, de todo correcto, antes pelo contrário, deveria ser tudo visto ao pormenor, se interessava ou não ao

concelho e terá que haver cuidado se não se iria cair numa rede em que iriam subir os preços e outras consequências que poderão provir dos monopólios que nem sempre são boas; que, primeiro, se deveriam saber todas as condições a cumprir e as contrapartidas e depois, a final, aprovar, não se devendo aprovar nada sem se saber até ao ínfimo pormenor o que iria acontecer. -----

----- Seguiram-se diversas intervenções, dos senhores deputados Eng.º Virgílio Cravo Roxo, Eng.º Carlos Monteiro, prof. Luis Lourenço, Narciso Patrão, João Luis Pinho, Dr. Luis Rocha e Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, todas elas debatendo o assunto em análise. -----

----- A finalizar, o sr. Presidente da Câmara disse que o primordial interesse da Câmara era dar uma melhor qualidade de água aos seus munícipes e não só daquela que é consumida e que estavam a ser envidados todos os esforços para que também a Barrinha e a lagoa tenham uma melhor qualidade de água; que, este mesmo assunto tinha sido trazido a lume aquando da visita a Mira do sr. Presidente da República e quis até agradecer a presença do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira que tinha marcado presença e se tinha manifestado, interessado na resolução dos problemas, ao contrário de outras pessoas que tinham primado pela ausência; que, tinha havido o cuidado de mostrar ao sr. Presidente da República e também ao sr. Ministro Amílcar Theias o que havia em termos de paisagem e os problemas que existiam e de pedir ajuda para a resolução dos problemas existentes. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo-se registado o seguinte resultado: 1 voto contra, do deputado sr. Ricardo Diniz, do PS; 4 abstenções, dos deputados do Partido Socialista, srs. Narciso Patrão, João Luis Pinho, Dr. Manuel Rocha Castelhana e Carlos Alberto Milheirão, e os restantes votos a favor, por parte do PSD. +-----

----- O deputado sr. prof. Luis Lourenço declarou que tinha votado a favor por entender que a integração do Município de Mira no sistema era inevitável, mas, na medida do possível, solicitava ao sr. Presidente da Câmara que fizesse todos os esforços no sentido de incluir algumas cláusulas que deverão ser atingidas com maior urgência, não fazendo uma assinatura em branco. -----

----- O sr. deputado Narciso Patrão declarou que a sua abstenção se prendia com o anteriormente por si dito. Também o sr. deputado Carlos Milheirão declarou ter-se abtido pela mesma razão, pelo que tinha dito anteriormente no sentido de não se sentir suficientemente esclarecido. -----

*Seguiu-se a votação!
1 voto contra
4 abstenções
e os restantes
votos a favor
por parte do PSD*

----- O sr. deputado Rocha Diniz declarou que, fazendo uma comparação, não compraria um carro e depois iria verificar que tinha a bateria avariada um falta de uma peça e que, assim como não compraria o carro, tinha votado contra. -----

----- O deputado sr. Eng.º. Carlos Monteiro disse que, em seu nome e das suas colegas de bancada, declarava que se tinham absterido por aquilo que tinha dito anteriormente e também por acharem que era demasiado importante para o concelho e para a Câmara de Mira e o importante era resolver os problemas.

----- O deputado sr. Luis Pinho declarou que a sua posição se devia ao facto de não se considerar ainda esclarecido na matéria e por isso tinha optado pela abstenção. -----

----- PONTO TRÊS: “Análise e votação do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água do Município de Mira”. -----

----- O assunto foi apresentado pelo sr. Vereador Prof. Luis Balseiro que começou por dizer que o Regulamento estava já um pouco antiquado e havia necessidade de uma actualização, à semelhança do que tinha sido feito por outras câmaras municipais do País; que, tinham sido consultados diversos regulamentos de outras câmaras e introduzidas algumas alterações para adaptação à realidade existente; que, já tinha sido aprovado pelo Executivo, que lhe tinha introduzido algumas alterações, tinha já estado sujeito a discussão pública, não tendo sido feitas quaisquer sugestões de alteração e estava agora ali para que o Órgão Deliberativo se pronunciasse quanto à sua aprovação ou não. -----

----- O sr. deputado Narciso Patrão debruçou-se sobre o art.º. 43.º. do Regulamento que aborda as formas e locais de pagamento e disse que era seu costume pagar a água de diversos consumidores, uns de Mira e outros da Praia e que no mês passado tinha sido remetido, para endereço errado, um recibo de água que não tinha sido pago e tinha sido posteriormente cobrado com custas, o que era estranho, porque durante muitos anos sempre pagou os recibos dos mesmos consumidores, conjuntamente com os seus e desta vez os recibos foram enviados para a morada de um familiar e teve que pagar com agravamento, pelo que houve uma deficiência dos serviços e deixava uma chamada de atenção no sentido de que a administração pode providenciar outras formas de pagamento que nem sempre são as melhores para os consumidores, não tendo mais nada a opor no tocante aos restante articulado do regulamento. -----

----- O deputado sr. Fernando Alves reportou-se ao conteúdo do artº. 28º. dizendo que achava um abuso que, sempre que o consumidor se ausente fica, na mesma, sujeito ao pagamento da taxa de aluguer de contador mais a taxa de resíduos sólidos, porquanto entende que não faz sentido que a pessoa não estando em casa esteja sujeita ao pagamento da taxa de RSU; que, a situação era um pouco mais grave na Praia de Mira em que muitas casas apenas estavam habitadas 2 ou 3 meses por ano e tinham que pagar a referida taxa durante todo o ano, sendo mais correcto que apenas houvesse lugar a esse pagamento na estrita medida do consumo da água. -----

----- Respondendo ao deputado sr. Narciso Patrão, o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro disse que, obviamente, tinha havido um erro dos serviços e, como tal, devia ser corrigido; que, não tinha havido nenhuma alteração na forma e no local de pagamento, apenas tinha havido um erro dos serviços, tudo se mantendo na mesma. -----

----- Tendo o sr. deputado Dr. Rocha Castelhana levantado dúvidas relativamente ao presente regulamento e possíveis alterações ao mesmo, o sr. Vereador Nelson Maltez esclareceu que o regulamento em apreço tinha sido publicado no Diário da República para ficar sujeito a inquérito público e qualquer cidadão tinha o direito de apresentar reclamações ou de propor sugestões; que o regulamento tinha sido aprovado pela Câmara e tinha seguido para inquérito público através do Diário da República e através de edital; que, a Assembleia Municipal era soberana e podia aprová-lo definitivamente ou não e o que estava em discussão era precisamente uma proposta que tinha estado em inquérito público, não tendo sido recebidas quaisquer propostas de correcção ou alteração e, como tal, era apresentado à Assembleia na mesma forma em que tinha sido publicado e, no caso de merecer aprovação, seguiria para publicação novamente no Diário da República, o que, no caso vertente, nem se tornava necessário, bastando fazer a sua publicitação através de edital. -----

----- O deputado sr. Carlos Milheiro questionou sobre a obrigatoriedade dos regulamentos em Diário da República, já que cada linha de publicação custava um ror de dinheiro e, vendo o número de páginas que o regulamento comportava, entendia que seria de pensar duas vezes e mandar para publicação no DR apenas o que fosse obrigatório -----

----- A deputada Profª. Maria Elzita disse que era desnecessária, naquele momento, a discussão do assunto; que, a altura própria seria aquando da discussão pública e que o regulamento ali estava apenas para ser votado. O sr. Presidente da Mesa retorquiu que a discussão era sempre útil para dar sentido ao voto, para a tornar mais consciente e que tinha ali aprendido muitas coisas naquela sessão que o tinham obrigado a reflectir sobre o sentido do seu voto, apesar de saber que não poderia fazer alterações. -----

----- Seguiu-se a votação do ponto nº. três da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com 11 votos a favor, 7 abstenções e 1 voto contra. -----

----- Terminada a ordem de trabalhos, a todos os senhores deputados foi dirigido um convite da Câmara Municipal de Mira, para a cerimónia de inauguração das Festas de S. Tomé/2003. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião. -----
